EDITORIAL

Tendo a escravidão e o seu tráfico constituído parte substancial da colonização moderna em África, o seu estudo não pode deixar de exigir a todos quantos se debruçam sobre a história do continente uma atenção constantemente renovada. No caso dos sistemas escravocratas que tipificaram a colonização moderna desde o século XV, esta exigência é tanto mais urgente quanto foram por muito tempo marginalizados pela historiografia portuguesa. Convocá-los à praça pública, porventura ao debate, para além de contribuir para o resgate do silêncio acomodado, alimenta a veleidade de terapia para a má consciência que o impôs.

Por outro lado, discutir este problema mais não é do que retomar uma tradição da academia portuguesa, para a qual a escravatura nas colónias foi uma questão candente. Nos séculos XVI e XVII. nas universidades de Évora e de Coimbra, mestres da época dissecaram a sua razão de ser. Encararam o problema sem ambiauidades e fizeram-no de uma forma que não foi meramente especulativa já que recorreram à investigação da realidade comezinha do negócio respectivo e das situações concretas em que então funcionava o sistema. Esta curiosidade intelectual, que era também moral, nem por isso teve seguimento : nem o Iluminismo, nem outras correntes reformadoras do pensamento, da investigação e do ensino, nem os condicionalismos universitários de arande parte do século XX português permitiram a continuidade que a reflexão de Quinhentos e de Seiscentos auspiciava. Considerando que a actual fase da globalização impõe cada vez mais o estudo das raízes da história de África, esta ordem de razões seria suficiente para justificar o número presente mas não é a única.

Ao constituir um factor substancial na implantação mundial do capitalismo, a escravatura projectou representações mentais indeléveis para além da sua existência legal, provocando uma

certa confusão semântica e dificultando a clarificação conceptual. Por exemplo, a imprensa portuguesa de finais do século XIX designou frequentemente por escravatura a emigração de Portugal para o Brasil – emigração que sucedia imediatamente à que até então se fizera de África – visto as semelhanças de conteúdo parecerem mais importantes do que as diferenças formais. Tanto quanto os estudos recentes sobre o « indentured labour » permitem ver, as formas históricas do trabalho importado e comprado à distância não estão ainda definidas e as equivocidades têm-se arrastado praticamente até aos nossos dias. Pior do que isso, a própria realidade que estes conceitos em construção pretendem englobar está longe de se ter extinguido, o que também justifica que se mantenha aberta esta linha de investigação.

A heterogeneidade dos trabalhos aqui apresentados reflecte a complexidade e envergadura dos problemas mas mostra também a atenção recente que uma nova historiografia está a prestar à colonização portuguesa . Deste modo, as nossas lacunas em tornar esta compilação suficientemente representativa de todos os projectos de investigação actualmente em curso constitui uma nota optimista sobre a profundidade da actual revisão.

José Capela Maciel Morais Santos